

Relatório da Audiência n.º 49 -COFMA-XIII

Dia: 31 de outubro de 2018

ENTIDADE: *SNESup – Sindicato Nacional do Ensino Superior*

ASSUNTO: Orçamento do Estado para 2019. Apresentação de propostas de alteração à proposta de Lei n.º 156/XIII

Recebida pelos Senhores Deputados:

- Paulo Trigo Pereira (PS), Vice-Presidente da Comissão;
- Margarida Mano (PSD);
- Margarida Marques (PS);
- Ernesto Ferraz (BE)
- Ana Rita Bessa (CDS-PP);
- Duarte Alves (PCP)

Síntese dos Temas Abordados:

O Senhor Vice-Presidente, Deputado Paulo Trigo Pereira, deu as boas vindas aos representantes do SNESup, dando nota do modo de condução dos trabalhos, tendo depois passado a palavra ao representante do Sindicato.

A delegação da SNESup agradeceu o agendamento da audiência, e começou por tecer algumas considerações sobre a proposta da Lei do Orçamento do Estado para 2019 (LOE 2019), que fundamentaram o seu pedido de audiência. No seu balanço da evolução das dotações para o Ensino Superior, sublinharam o seguinte:

- a) Embora a LOE 2019 preveja um acréscimo de 434,2 milhões de euros (M€) face a 2018, é apontada uma falha de execução, nesse ano, de 213,5 M€. Comparando a despesa total consolidada no OE para 2018, com OE para 2019, observa-se que o acréscimo real será apenas de 220,7M€
- b) Parte significativa deste valor corresponde a financiamento comunitário (Fundos Estruturais), notando que estas verbas são agora administradas pela CCDR o que, no

entender do Sindicato, afeta negativamente a celeridade com que as mesmas são libertadas.

c) A FCT recebe a “fatia de leão” deste montante, destinada ao emprego científico, correspondendo na prática, e na opinião do Sindicato, a uma aposta na precariedade. Sustentam ainda que o aumento da despesa nestes últimos anos está sobretudo orientado para a contratação de doutorados, promovendo a precariedade no sector.

A SNESup defendeu que, dado o aumento significativo que foi orçamentado ao longo desta legislatura, é possível avançar na integração nas carreiras científicas, combatendo a precariedade no Ensino Superior. Apresentaram algumas propostas, considerando que a maioria não teria impacto orçamental:

a) Terminar com as cativações que afetam a Ciência e o Ensino Superior, colocando o sector em condições equivalente a outros. [Alteração da subalínea i) da alínea c) do número 4 do artigo 4.º];

b) Possibilidade de mobilização dos saldos de gerência [Alteração do artigo 31.º], até porque o montante destes saldos acumulados já atingiram um volume muito expressivo, sobretudo nalgumas Instituições de Ensino Superior.

c) Solicitam a atribuição do Subsídio de Insularidade para as regiões autónomas;

d) Clarificação da questão relativa à criação do novo regime de flexibilização da idade de acesso à pensão de velhice [Aditamento de n.º 3 ao artigo 90.º]. Consideram que a medida pode ser lesiva para os trabalhadores que detêm maior qualificação e que iniciaram a sua carreira contributiva com mais idade, como é o caso dos docentes e investigadores do Ensino Superior e Ciência.

Concluíram a intervenção solicitando a reposição dos níveis de investimento, bem como as condições a flexibilização da gestão das instituições de Ensino Superior.

Ainda antes do período de debate, o Senhor Vice-Presidente frisou que também há cativações no Ministério da Economia e do Ambiente

Em sede de debate, a Senhora Deputada Margarida Mano (PSD) afirmou partilhar as preocupações manifestadas pelo SNESup, que se inserem no problema do subfinanciamento que, no seu entender, se tem agravado e penalizado o emprego científico. Afirmou ainda enquadrar-se na problemática mais ampla da queda do Investimento público, para a qual o GP do PSD tem alertado. Sustentou que estes problemas do emprego público só serão realmente sentidos daqui a seis anos quando for necessário regularizar as situações de precariedade. Declarou que o PSD é sensível à questão da falta de orçamento nas Instituições de Ensino Superior, acompanhando assim,

as propostas apresentadas sobre as cativações. Informou que, relativamente às outras propostas, o PSD irá analisar. Aproveitou para expressar as suas preocupações com a diferenciação entre Universidades e Politécnicos e sobretudo, entre o Litoral e o Interior, admitindo que este OE poderá agravar a situação financeira e orçamental de algumas Instituições, aludindo ainda aos resultados do último Relatório de Monitorização da execução orçamental das Instituições de Ensino Superior. Concluiu a intervenção solicitando que a delegação esclarecesse a sua última proposta.

A Senhora Deputada Margarida Marques (PS) sublinhou que os fundos comunitários fazem parte do OE, pese embora não tenha sido sempre assim. Considera que este princípio é positivo. Relembrou que o financiamento comunitário para o Ensino Superior pode ter duas proveniências: a) Transferências da UE para o Estados Membros (fundos recebidos pela FCT); b) Projetos aprovados que as Instituições submetem diretamente à Comissão Europeia, no âmbito do Horizonte 2020. A tendência é que esta forma de financiamento ganhe peso.

Sublinhou a importância de haver Regulamentos europeus que promovam o equilíbrio regional bem como a necessidade das Intuições de Ensino Superior se integrarem em redes e consórcios europeus para garantir o sucesso dos seus projetos. Considera que, atualmente, as Instituições de Ensino Superior dispõem de maior flexibilidade no acesso aos saldos de gerência. Concluiu salientando a diferença entre orçamento e execução, deixando claro que o PS regista as propostas apresentadas para reflexão.

A Senhora Deputada Ana Rita Bessa (CDS-PP) alertou para a questão da utilização dos fundos comunitários que implicará assumir e imputar custos aos estabelecimentos de ensino superior. Admitindo que a tendência futura é que o financiamento das Universidades se fará, sobretudo, por via de projetos, isso implica haver abertura de concursos. Parece-lhe importante que essa despesa seja já incorporada nas despesas do OE. Discordou da perspetiva da Deputada Margarida Marques (PS), sustentando que houve decisão política na afetação de verbas da FCT, e que a não execução de despesa aconteceu por razões políticas. Concluiu declarando que o CDS acompanha, em termos gerais, as propostas do Sindicato, pese embora considere que a questão dos saldos de gerência mereça ainda análise mais profunda.

O Senhor Deputado Duarte Alves (PCP) notou que, embora estas matérias do Ensino Superior sejam acompanhadas por outro Deputado do seu GP, o PCP já conhece estas propostas e acompanha as preocupações sobre o financiamento público do ensino superior.

Ainda antes de passar a palavra ao Sindicato, o Senhor Vice-Presidente solicitou que o Sindicato clarificasse a proposta d).

A delegação do SNESup, respondendo à Deputada Margarida Marques, sobre a lógica das missões no financiamento ao ensino superior manifestou a opinião de que sendo importante, apresenta limitações. Consideram que o financiamento comunitário é bom mas as dificuldades centram-se depois nas contrapartidas financeiras. Acresce que esta lógica de financiamento traz desafios adicionais com por exemplo a necessidade dos projetos cumprirem o critério da excelência. Voltou a enfatizar que o objetivo das propostas é o de ajudar a desbloquear os problemas do Ensino Superior. Por exemplo, a possibilidade de utilização dos saldos de gerência acumulados permitiria direcionar investimento para áreas de carência como é o caso das residências universitárias.

Concluiu abordando o problema da dicotomia entre o financiamento das Universidades e dos Politécnicas, destacando as dificuldades orçamentais de diversas instituições de ensino superior, as quais refletem também desequilíbrios territoriais que acentuam as disparidades entre o interior e o litoral.

O Senhor Vice-Presidente da Comissão agradeceu as informações e esclarecimentos apresentados pela SNESup e deu por encerrada a audiência.

Diversa informação sobre a audiência, nomeadamente a documentação apresentada pelo SNESup e a gravação, pode ser consultada na [página internet](#) da audiência, pelo que se dispensa o seu aprofundamento nesta sede.

Palácio de São Bento, 31 de outubro de 2018

O Vice-Presidente da Comissão

Paulo Trigo Pereira